REQUERIMENTO Nº 05/2019
Data: 1º de fevereiro de 2019

Ementa: solicita envio de Ofício ao Deputado Federal José Carlos Schiavinatto, apresentando o pleito dos Vereadores que abaixo subscrevem para que o mesmo interceda junto ao Governo Federal, visando a revogação do Decreto nº 9.642, que em 28 de dezembro de 2018, portanto publicado a três dias do fim do governo de Michel Temer e que reduziu os subsídios da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), trazendo prejuízos e aumento de custos ao agronegócio, especialmente para famílias de pequenos produtores rurais.

Senhor Presidente,

Requer, após deliberação regimental do Plenário, seja encaminhado cópia do presente ao Deputado Federal José Carlos Schiavinatto, apresentando o pleito dos Vereadores que abaixo subscrevem para que o mesmo interceda junto ao Governo Federal, visando a revogação do Decreto nº 9.642, que em 28 de dezembro de 2018, portanto publicado a três dias do fim do governo de Michel Temer.

Referido Decreto reduziu os subsídios da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), trazendo prejuízos e aumento de custos ao agronegócio, especialmente para famílias de pequenos produtores rurais.

A CDE é um fundo setorial que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro, tais como universalização do serviço de energia elétrica, concessão de descontos tarifários a diversos usuários, modicidade da tarifa em sistemas elétricos isolados, competitividade da geração de energia elétrica a partir da fonte carvão mineral nacional, entre outros.

Por exemplo, o Decreto prevê que no prazo de cinco anos todos os benefícios relativos a setor energético deixarão de existir. Neste período de tempo, os benefícios serão reduzidos à razão de 20% ao ano, até sua extinção.

A medida adotada pelo governo prevê ainda a eliminação de descontos tarifários acumulados concedidos a irrigação e aquicultura, ou seja, que permitia a um mesmo consumidor ter acesso a dois subsídios ao mesmo tempo.

É importante ressaltar que dos atingidos pela retirada dos descontos nos próximos cinco anos, a classe rural é a que mais sentirá o impacto, pois o subsídio estava entre 10 e 30%. E como o Decreto atinge todo o território nacional, milhões de agricultores, sejam eles grandes, médios ou pequenos, deixarão de receber esse benefício e terão que pagar mais pela energia consumida. Logicamente, o impacto

desta medida é sentido de forma mais dura justamente na classe de menor poder aquisitivo: a dos pequenos produtores rurais.

Sendo assim, e considerando a justificativa acima apresenta, os Vereadores que abaixo subscrevem esperam contar com o apoio do nobre parlamentar, ficando na esperança de que referido Decreto seja revogado o mais rápido possível.

NESTES TERMOS, PEDEM DEFERIMENTO.
Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO KOHLER (CLAUDINHO)
Vereador

ADRIANO JOSÉ COTTICA
Vereador

ADRIANO BACKES
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MAL. CÂNDIDO RONDON
Discutido e votado em 04 / 02 / 2019
Obtendo o seguinte resultado:
APROVADO POR UNANIMIDADE
dos presentes
Secretário